

A crise na China, a situação do Brasil e a alta dos juros

O Estado de S. Paulo

Celso Ming

Questões fiscais são delicadas e inflação continua surpreendendo negativamente, a exigir reforço dos juros para enfrentá-la.

A onda de turbulência que se espalhou pelos mercados financeiros ao redor do mundo nesta semana em consequência da incapacidade da gigante imobiliária da China, Evergrande, de honrar sua dívida de mais de US\$ 300 bilhões deve ser vista com pelo menos um fator positivo. O de que o governo da China, tão permissivo no passado, passou a coibir aventuras de suas grandes empresas.

Há aproximadamente um ano, as autoridades da China tinham avisado que não seriam mais toleradas fortes alavancagens financeiras. A Evergrande foi uma das empresas que até agora não conseguiram enquadrar-se às diretrizes.

Ainda não se sabe que tratamento será dado a esse calote. Como o principal objetivo do governo da China é sanear o mercado e evitar o risco moral, parece mais provável que pelo menos os controladores da empresa serão punidos. Mas os interesses do resto do mercado tendem a ser acomodados. Espera-se que parte das obras de construção civil paralisadas ou atrasadas da Evergrande seja transferida para outras empresas e os compradores, antes ameaçados de perder a poupança alocada aos seus contratos, receberão outras garantias.

Não há informações sobre qual será o tratamento que o Banco Popular da China (banco central) e demais organismos reguladores darão aos bancos que também arriscaram demais seus ativos nessa e em outras empresas. Mas transparece a decisão das autoridades de absorver tensões e interesses contrariados.

Ainda será preciso ver até que ponto essa crise terá impacto negativo sobre a retomada do crescimento econômico da China, projetado em 8,1% pela OCDE neste ano. Por isso, também, ainda não será possível avaliar quanto do crescimento global será prejudicado. De todo modo, essa incerteza será elemento importante a ser levado em conta pelos grandes bancos centrais antes de começarem a enxugar a vasta liquidez em moeda existente nos mercados e antes de voltarem a puxar para cima os juros hoje muito baixos.

Apesar do atraso da vacinação em alguns países, a pandemia vai sendo contida. À medida que as emergências são administradas, certos espaços começam a ser abertos para o tratamento às questões de maior envergadura, como as da crise ambiental.

Comparado com esse quadro global mais promissor do que preocupante, o Brasil segue mal na foto. Enfrenta um desemprego que atinge 14,1% da sua força de trabalho, uma atividade econômica que resvala para a desaceleração, uma inflação alta demais, uma situação fiscal desoladora e uma crise hídrica que não dá sinais de arrefecimento. Ou seja, as incertezas estão se agravando. Por enquanto, o principal indicador de risco Brasil tal como mostrado pela evolução do Credit

Default Swap de 5 anos ainda não reflete uma preocupação tão negativa por parte dos investidores internacionais.

Agora, o Banco Central. Embora entenda que a atividade econômica no Brasil ainda continue relativamente robusta, o comunicado que se seguiu à reunião do seu Comitê de Política Monetária (Copom) desta quarta-feira, 22, mostrou que as questões fiscais são delicadas e a inflação continua surpreendendo negativamente, a exigir reforço de carga de juros para enfrentá-la.

Como avançado há 48 dias, a decisão foi de aumentar a Selic em mais um ponto porcentual, de 5,25% para 6,25% ao ano. O Banco Central poderia ter aumentado a dose em mais 1,25% ao ano. Preferiu ater-se ao prometido, querendo com isso mostrar que reforça o processo de liderança das expectativas. E adianta que, na próxima reunião do Copom, agendada para 27 de outubro, os juros deverão subir mais 1 ponto porcentual ao ano.

Núcleo de Inteligência - Sedet

Edição 234 - Em 24 de setembro de 2021

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.